

ENTREVISTA

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um diálogo com Alexandra Ayach Anache

ALEXANDRA AYACH ANACHEⁱ

Na manhã ensolarada do dia 04 de agosto de 2024, fui recebido com um afetuoso abraço e um aromático café pela professora Alexandra Ayach Anache, em sua residência, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para um diálogo sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Alexandra Ayach Anache é uma referência nacional na área da Educação Especial. É professora titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atuando em cursos de graduação e de pós-graduação. Possui Pós-Doutorado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (2020), Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília, com ênfase em Educação Especial (2007), Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (1997), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1991), Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Católica Dom Bosco (1987), Licenciatura em Psicologia (1983) e Graduação em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (1984).

A professora Alexandra Ayach Anache integra importantes entidades científicas, como a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE) – da qual foi presidente na gestão 2018-2020, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Ao longo de sua trajetória profissional, tem prestado consultoria técnica e científica sobre Educação Especial para o Ministério da Educação. Atualmente, é Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Washington Cesar Shoiti Nozuⁱⁱ

1 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, primeiramente gostaria de agradecer a sua disponibilidade e de manifestar a imensa honra em poder dialogar com você sobre questões relacionadas à Educação Especial. A seriedade, a competência e a humildade com que você conduz seu trabalho tem sido uma inspiração para as/os pesquisadoras/es, estudiosas/os e interessadas/os na área de Educação Especial. Para começar nossa conversa, por favor, conte-nos um pouco sobre o que lhe motivou para a área da Educação Especial.

Alexandra Ayach Anache: Com a formação em Magistério, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, comecei a atuar como professora do denominado Ensino Primário, de uma escola particular, para a qual eram encaminhados estudantes com “dificuldades de aprendizagem”. Fui desafiada a alfabetizar estes alunos com histórico de descrédito e em contexto de turmas multisseriadas.

Posteriormente, em 1981, passei em concurso para professora do estado de Mato Grosso do Sul e fui alocada para uma escola na periferia de Campo Grande, com estrutura física e material precária. Os estudantes desta escola eram vulneráveis social e economicamente. No meu trabalho, fui usando os ensinamentos de Paulo Freire, partindo do cotidiano dos estudantes e depois trabalhando a questão teórica, os conceitos, com eles. Contudo, fui questionada de não seguir o currículo e tirada dessa escola. Como punição fui realocada na Secretaria de Educação para fazer serviços burocráticos. Isso foi na época em que o país estava saindo da ditadura; naquele momento, ainda no final da ditadura militar. No ano seguinte, fui cedida para a recém-criada Associação Pestalozzi de Campo Grande.

Após a conclusão do curso superior, fui cedida para trabalhar no Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos “Florivaldo Vargas” (ISMAC). Eu gostava muito do trabalho realizado no ISMAC, principalmente com o envolvimento da equipe tentando transformar o instituto em uma instituição educadora e não assistencialista. Então, nós tínhamos um grupo de colegas que pensava para além dos muros das instituições.

Em 1985, quando abriu o concurso da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), eu decidi fazê-lo, porque queria ingressar na carreira acadêmica. Foi um dos primeiros concursos que teve na UFMS e, após ser aprovada, eu comecei a atuar como professora na categoria auxiliar de ensino.

Então, em resumo, eu sempre estive preocupada com a aprendizagem de estudantes que estavam em situação de “dificuldades de aprendizagem”, pois me deparava com o descaso do poder público para com os grupos de crianças mais vulneráveis, como era o caso do público da Educação Especial. O desejo de contribuir para a construção de ações dignas e cidadãs me aproximava cada vez mais da Educação.

2 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, você, ao lado da professora Mônica de Carvalho Magalhães Kassar, é uma das pesquisadoras pioneiras na área de Educação Especial em Mato Grosso do Sul. No início dos anos 1990, seguindo os ensinamentos de Gilberta Jannuzzi e Júlio Romero Ferreira, você e Mônica já defendiam a compreensão da Educação Especial no contexto da Educação Geral. Poderia comentar um pouco sobre esta concepção?

Alexandra Ayach Anache: Durante o mestrado (1988-1991), eu tive aulas com os pesquisadores que tinham *expertise* na História da Educação, nas diferentes correntes da Educação, por exemplo, o materialismo histórico, a fenomenologia, a escola de Frankfurt. Lá eu tive contato com o professor José

Luís Sanfelice, com a professora Gilberta Jannuzzi, com o professor Newton Aquiles Von Zuben, da disciplina fenomenologia, professor Nilton César Balsan, da metodologia.

Naquele contexto, não tínhamos livros à disposição com facilidade, até porque, por exemplo, o materialismo histórico-dialético não se podia estudar, pois nós estávamos saindo da ditadura militar. Então, montamos nossa própria biblioteca.

Os estudos da época nos deram possibilidade de desenvolver a tese de que a Educação Especial só pode ser compreendida no contexto da Educação Geral, abarcando a gestão do trabalho didático, a infraestrutura, o currículo e a formação do professor e de outros profissionais da educação. O meu pensamento teórico foi sendo construído em torno disso.

Se temos algum problema com a inclusão hoje, é porque nós não mudamos a gestão do trabalho pedagógico. Entende? Em todos os níveis. Há necessidade de construir e fortalecer o sistema educacional em torno deste princípio, como propõe o professor Dermeval Saviani. Então, não dá para pensar em uma política desarticulada. Eu acho um erro priorizar um nível de ensino em detrimento de outro, como, por exemplo, “eu vou investir agora só na Educação Básica”, sem pensar na formação inicial e continuada, ofertada pela Educação Superior.

Assim, a Educação Especial não poder ser um apêndice. Ela é uma modalidade que atravessa todos os níveis de ensino e que deve estar articulada a eles de uma forma transversal, como o previsto nos diplomas legais. Para isso, precisamos mudar a concepção de Educação, de Ensino, de Aprendizagem, e sobretudo a Cultura que movimenta as ações e relações institucionais, as quais são mobilizadas pelas dimensões subjetivas.

A Educação Especial articulada à Educação Geral requer o reordenamento da política de Educação do país. Educação é política de Estado e, portanto, ele deve assumir o controle, tomando-a como prioridade na transformação da vida das pessoas.

3 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, de forma mais conceitual, o que significa a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva para você?

Alexandra Ayach Anache: Primeiro, ela é modalidade da Educação. Se a gente entendesse a Educação no seu sentido mais profundo, não precisaríamos dizer que ela é especial. A Educação é especial. Então, para mim, a Educação, como princípio genuíno, é inclusiva e para todos, como está prevista na Constituição de 1988 e nas declarações internacionais das quais o Brasil é signatário.

Assim, dentro dessa organização do sistema, a organização da gestão escolar e do trabalho pedagógico precisaria ser transformada, disponibilizando os recursos educacionais necessários para promover a aprendizagem dos estudantes, considerados como público da Educação Especial. Por exemplo, por que eu tenho que ter uma lupa eletrônica somente dentro de uma sala de recurso multifuncional? Por que ela não pode estar disponível na biblioteca, no corredor, dentro de uma própria sala de aula, onde o aluno, precisando ampliar uma letra, terá o acesso garantido? E o professor da sala comum tem que saber também que existe uma lupa eletrônica. Se alguém está com alguma dificuldade, poderá ampliar a letra.

Do mesmo modo, o planejamento educacional deverá ser realizado de forma participativa, contemplando as especificidades e as necessidades individuais e coletivas.

Uma escola, por exemplo, em que todos possam entender que existe a lupa, a comunicação alternativa, como recursos que podem ser usados por todos para viabilizar o diálogo e o respeito entre os pares, e não como uma ferramenta distante. E que a gente possa pensar em uma sala de aula com menos alunos, em uma outra configuração de organização arquitetônica flexível, na perspectiva do desenho universal. A bidocência pode ser uma alternativa promissora para romper com a ideia de que os apoios só poderão ocorrer com a presença de um profissional contratado para acompanhar o estudante com deficiência. Há necessidade de uma formação ampliada, contemplando as especificidades na formação do generalista e vice-versa.

Precisamos discutir melhor o que significa apoio educacional e o lugar que ele ocupa no Atendimento Educacional Especializado, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, sob a perspectiva da Educação Inclusiva. Este é um debate que precisa ser enfrentado no campo da Educação, pois é um espaço de disputas de forças.

4 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, na sequência vou fazer três perguntas constitutivas desta seção temática - Educação Especial no Centro-Oeste Brasileiro: políticas, formação e práticas – da Revista Eventos Pedagógicos. Uma sobre a política, outra sobre a formação e, a última, sobre práticas. São pontos que você já tem abarcado, mas eu queria fazer uma pergunta para cada um desses eixos. Portanto, sobre o primeiro eixo: como você avalia as atuais políticas de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva brasileira?

Alexandra Ayach Anache: Eu tenho um cuidado com isso, porque eu acho que a gente lutou muito para ter a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Toda política está imbricada em um movimento complexo, pois sempre é um campo de tensão que depreendem das disputas entre o público e privado no movimento das políticas internacionais.

A Educação deve ser analisada no movimento da sociedade capitalista. Neste contexto, ela é campo onde os conflitos humanos que decorrem das disputas de forças antagônicas ganham relevo. Se você pensar bem, eu vejo que nós avançamos em relação ao acesso, pois ocorreu um aumento de matrículas nas escolas públicas, inclusive na Educação Superior, ampliamos as pesquisas, criando linhas de pesquisas e com financiamento. Criamos leis para garantir a reserva de vagas em todos os setores, entre outras ações, como aumento das salas de recursos multifuncionais do tipo I e II. No entanto, precisamos investir nas políticas de permanência, de modo a promover condições de aprendizagem dos estudantes. Alguns aspectos merecem atenção: 1) a formação docente aligeirada; 2) a precarização do trabalho docente; 3) a gestão do trabalho pedagógico em todos os níveis, com ênfase na Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Superior, requerendo atenção especial ao currículo; 4) a atenção aos estudos sobre a aprendizagem e as metodologias de ensino; 5) a criação de sistemas de monitoramento das políticas educacionais, visando avaliá-las e, conseqüentemente, ajustá-las ou modificá-las.

5 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, como você avalia, nos últimos anos, a formação de professores para a inclusão de estudantes públicos da Educação Especial?

Alexandra Ayach Anache: Eu vou falar em um campo mais geral, primeiro, pensando na formação de professores. Ao me inspirar no texto de José Dias Sobrinho¹, considero que vivemos o dilema entre a democratização e a massificação de acesso. No atual contexto, a formação de professores tem sido precarizada por meio do açodamento da mercantilização do ensino. Nesta perspectiva, as políticas de expansão e acesso na Educação Superior só serão exitosas se forem de qualidade. Caso contrário, estar-se-á produzindo um tipo de “inclusão excludente”, pois não foi suficiente para proporcionar a superação de problemas históricos arrastados pela Educação Superior, conforme afirmaram Favato e Ruiz². Temos aí um grande dilema a ser enfrentado. A formação crítica não pode ser pensada na lógica de mercado, pois ela é um direito constituído.

No entanto, estamos diante do fenômeno da *uberização* e cursos de formação inicial e continuada construídos em uma linha tecnicista, com pouca ênfase nas dimensões subjetivas a serem consideradas para o exercício da docência, incluído o campo da Educação Especial.

6 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, avançando para o terceiro eixo desta seção temática, como você avalia a prática pedagógica no contexto de inclusão dos estudantes público da Educação Especial?

Alexandra Ayach Anache: Para refletir sobre a questão, elenco quatro pontos.

Primeiro, a Educação Especial precisa estar articulada com a Educação comum, pois, nem sempre, os planos educacionais especializados são discutidos no âmbito da escola, na perspectiva colaborativa, resultando em uma “inclusão excludente”, conforme o conceito de Souza e Coimbra³ para se referirem aos estudantes que não conseguiram superar as suas dificuldades escolares. A exemplo, o estudante fica a cargo do profissional de apoio para execução das atividades, as quais, nem sempre compatíveis com o que está sendo ensinado. Estes profissionais, em sua maioria, fazem os exercícios ou trabalhos em sala de aula para os estudantes com deficiência e não com eles. Conseqüentemente, o aprendizado acadêmico é insuficiente e muitos alunos finalizam o Ensino Fundamental sem saber interpretar um texto.

Segundo ponto: há necessidade de organização do trabalho docente, considerando, inclusive as suas horas para formação continuada.

Terceiro ponto: é preciso equipar as escolas de modo que elas sejam mais convidativas para todos os estudantes. Eu gostaria que a entrada da escola fosse pela biblioteca, com equipamentos, com

¹ DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, p. 1223-1245, dez./2010.

² FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. REUNI: política para a democratização da educação superior? **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 12, p. 448-463, 2018.

³ SOUSA, Ana Paula Ribeiro de; COIMBRA, Leonardo José Pinho. “Democratização” do ensino superior em tempos neoliberais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 19, e019056, p. 1-27, 2019.

lupas eletrônicas, com comunicação alternativa, com tutores, monitores e que a biblioteca fosse um espaço vivo para acolher e estimular os alunos para a leitura e reflexão.

Quarto ponto: é preciso mudar a cultura escolar, rompendo com as práticas capacitistas e criar novos processos de aprendizagens para os estudantes, considerando as suas dimensões cognitivas, afetivas e criativas em espaços para além das salas de aulas, mas em laboratórios, centros de interesses de pesquisas em várias áreas, desafiando-os à resolução de problemas, construindo novas soluções. A escola tem que ser viva! Rica de possibilidades!

7 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, considerando toda a sua trajetória e contribuição para o campo da Educação Especial, eu gostaria que você abordasse sobre a importância da avaliação das necessidades educacionais específicas para o processo de inclusão escolar.

Alexandra Ayach Anache: Esse é um campo que eu venho estudando há muitos anos, e eu vou dizer para você: a avaliação na escola só vale se ela for para fins educacionais. Por exemplo, como professora da Educação Especial, eu quero saber como é que o meu aluno aprende e quais são as melhores estratégias pedagógicas para que isso ocorra. Portanto, a avaliação não pode estar centrada na deficiência, mas deve informar quais seriam os melhores recursos pedagógicos necessários para garantir a aprendizagem do estudante.

Não estamos negando que a deficiência do estudante, enquanto uma de suas características, deva ser informada para a escola. Mas, na escola, o que importa identificar é a sua necessidade educacional específica.

A pergunta orientadora do processo avaliativo é: como o estudante aprende? Quais seriam as metodologias mais adequadas para que isso ocorra de forma exitosa? O laudo médico não pode ser mais importante do que a avaliação da aprendizagem do estudante.

Então, a avaliação tem que focar na aprendizagem. Precisamos saber o que o estudante aprendeu. Ele sabe ler e escrever? Ele sabe contar, reconhece os números e seus conceitos? Entre outros saberes sistematizados. A aprendizagem conceitual abre caminhos para o desenvolvimento do pensamento conceitual.

8 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, como a gente poderia estimular e avançar com a pesquisa em Educação Especial na universidade? Estimulando desde os estudantes da Graduação até amadurecendo as pesquisas no âmbito da Pós-Graduação?

Alexandra Ayach Anache: Primeiro, precisamos avançar na articulação do sistema educacional e, no âmbito da Educação, assegurar que a Pós-Graduação esteja integrada à Graduação. Fortalecer o ensino, a extensão em redes, envolvendo outras áreas do conhecimento. Como, por exemplo, se eu quero fazer um *software* acessível para um aluno, visando ajudá-lo a realizar os seus trabalhos acadêmicos, poderíamos desenvolver um trabalho articulado com o grupo da Ciência da Computação, com a Engenharia de *Softwares*, e outros processos desta natureza.

9 – Washington Cesar Shoiti Nozu: Professora Alexandra, tem mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar? Que você acha importante para a gente revisitar?

Alexandra Ayach Anache: Eu nunca me dou por satisfeita, pois o preparo profissional é uma conquista diária, que resulta de estudos, pesquisas, ações e reflexões, junto ao coletivo. É preciso avançar em estudos e discussões sobre a certificação e a terminalidade dos estudos dos estudantes com deficiências nos diversos níveis de ensino. É preciso ampliar o debate sobre a função dos profissionais de apoio. É preciso criar observatórios de estudos e pesquisa articulados às universidades públicas.

Recebido em: 20 de dezembro de 2024.

Aprovado em: 23 de dezembro de 2024.

<https://doi.org/10.30681/rep.v15i3.13148>

ⁱ **Alexandra Ayach Anache.** Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP, 1997). Realizou Estágio de Pós-Doutorado em Educação Especial na Universidade de Brasília (UnB, 2007) e na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, 2020). Professora Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Educação Especial. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4480521042611530>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7937-4448>

E-mail: alexandra.anache@ufms.br

ⁱⁱ **Washington Cesar Shoiti Nozu.** Doutor em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2017). Realizou Estágio de Pós-Doutorado em Educação Social Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, 2020). Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva (GEPEI). Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4755838697434676>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1942-0390>

E-mail: washingtonnozu@ufgd.edu.br